



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS

Aos sete e oito dias do mês de novembro de 2019, na Fundação Oswaldo Cruz, auditório da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, localizada na Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Manguinhos, Rio de Janeiro, realizou-se a Tricentésima Vigésima Terceira Reunião Ordinária do CNS. Estabelecido o quórum, às 9h25, conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, iniciou a sessão, com saudações aos presentes e agradecimentos à FIOCRUZ pela acolhida e oportunidade de participar das comemorações dos 120 anos da Fundação. Em seguida apresentou os objetivos da 323<sup>a</sup> RO: **1)** Socializar os informes e apreciar as indicações. **2)** Participar do Lançamento do Relatório Final da 16<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde. **3)** Apreciar e deliberar o Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 no ponto de pauta da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN. **4)** Apreciar as indicações e deliberar sobre a eleição dos membros para a composição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, mandato 2020/2024. **5)** Analisar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT. **6)** Debater a manifestar-se sobre o tema Genocídio da População Negra. **7)** Participar da Manifestação pela Vida e pela Paz. **8)** Validar o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Saúde. **9)** Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno. Em seguida, justificou a ausência da conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos** na mesa de abertura. Após, procedeu ao primeiro ponto da pauta. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 321<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 323<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS** - Apresentação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA DA 321<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS – Deliberação:** a ata foi aprovada por unanimidade com um acréscimo do conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**. **APROVAÇÃO DA PAUTA DA 323<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS – Deliberação:** a pauta da 323<sup>a</sup> Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade, com ajustes no horário, dada a necessidade de encerrar os trabalhos às 17 horas. **ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências.** Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de novembro. **Informes. Indicações.** Coordenação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e **Ana Carolina Dantas Souza**, Secretária-Executiva do CNS. **Justificativa de ausências – justificativas enviadas previamente:** **Bruno César Almeida de Abreu**. **Justificativas feitas na reunião:** representantes titulares do Ministério da Saúde. **Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde - Novos conselheiros:** I – Usuários - Titular: **Vitória Davi Marzola** - União Nacional dos Estudantes - UNE (substituindo Nara Monte Arruda). IV - Segmento do Governo Federal: 1º Suplente: **Ana Lúcia de Assis Gurgel** - Ministério da Saúde (substituindo Karla Larica Wanderley). 2º Suplente: **Karla Larica Wanderley** - Ministério da Saúde (substituindo Maria Inez Pordeus Gadelha). **Coordenadores de Plenária:** **Jacildo de Siqueira Pinho** – Mato Grosso; **Joelma Brito da Silva** – Piauí; **Maria da Conceição dos Santos** – Rondônia; **Palmira da Aparecida Soares Rangel** – Paraná; e **Tibério Guimarães Lima** – Alagoas. **Datas representativas para a saúde no mês de novembro – 8 de nov.** - Dia do Radiologista. 10 de nov. - Dia Nacional da Surdez. 14 de nov. - Dia Nacional e Mundial da Diabetes. 16 de nov. - Dia Nacional dos Ostomizados. 17 de nov. - Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata. 17 de nov. - Dia Nacional de Combate à Dengue. 17 de nov. - Dia Internacional do Estudante. 20 de nov. - Dia Mundial da Criança. 20 de nov. - Dia da Proclamação dos Direitos da Criança pela ONU. 20 de nov. - Dia do Biomédico. 20 de nov. - Dia Nacional da Consciência Negra. 21 de nov. - Dia Nacional da Homeopatia. 23 de nov. - Dia

Nacional de Combate ao Câncer Infantil. 25 de nov. - Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. 25 de nov. - Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue. 25 de nov. - Dia Internacional contra a Exploração da Mulher. 27 de nov. - Dia Nacional de Luta contra o Câncer. *Inclusão:* 3 de nov. – Dia Mundial da Saúde Única. **INFORMES - 1)** Dia Mundial do Diabetes, 14 de novembro. *Apresentação:* conselheiro Luiz **Carlos Medeiros de Paula.** *Solicitação:* pautar debate sobre “diabetes” no Radar. **2)** Informe sobre Nota Técnica nº 24/2019 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/SE/MS sobre o Relatório Anual de Gestão - RAG 2018. *Apresentação:* conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira.** **3)** Informe do FENTAS sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 231/2012, que cria o Fundo Nacional para Pesquisas em doenças Raras e Doenças Negligenciadas. O Projeto, aprovado em 5 de setembro de 2019, foi vetado integralmente pela Presidência da República em 2 de outubro de 2019. A CIASP e a CICTAF estão elaborando documento para ser apresentado na reunião do Conselho; e Informe da CIASPD sobre a substituição do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado - IFBr-M pelo Protocolo Brasileiro de Avaliação da Deficiência – PROBAD – a Comissão elaborou recomendação ao Congresso Nacional a esse respeito (a minuta seria apreciada posteriormente). *Apresentação:* conselheira **Priscilla Viégas.** **4)** Informe sobre a tramitação do Projeto de Lei nº. 7.082/2017, que trata sobre pesquisa clínica com seres humanos e o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos. *Apresentação:* conselheira **Francisca Valda.** Neste ponto, a mesa registrou a presença do diretor do DENASUS, **Claudio Azevedo Costa.** **INDICAÇÕES - 1)** Indicação de conselheiro (a) para a Coordenação-Adjunta da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho - CIRHRT, em substituição a Nara Monte Arruda (UNE). **Encaminhamento: o Fórum de Usuários irá discutir e apresentar a indicação no próximo mês.** **2)** Indicação de conselheiro (a) para a Coordenação-Adjunta da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Francisca Valda da Silva (ABEN). O FENTAS irá debater e apresentar a indicação na Reunião Ordinária do mês de dezembro. **Encaminhamento: o Fórum de Trabalhadores irá discutir e apresentar a indicação na Reunião Ordinária do mês de dezembro.** **3)** Indicação de três conselheiros para compor a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Gilson Silva (Força Sindical), Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM) e Maria Laura Carvalho Bicca (FENAS). **Encaminhamento: os Fóruns de Segmentos irão debater e apresentar os nomes na Reunião Ordinária do mês de dezembro.** **4)** A Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, a Rede Brasileira de População em Desenvolvimento - REPRAPD e a Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizarão nos dias 5 e 6 de novembro de 2019 o “Seminário Nacional de População e Desenvolvimento: 25 anos pós CIPD Cúpula de Nairóbi”, no Auditório do Museu da Vida, FIOCRUZ/RJ. Obs.: convite chegou sem prazo para emissão de passagem. **Indicação: conselheira Vanja Andréa Reis dos Santos (para referendar).** **5)** Indicação para compor Comissão Eleitoral paritária que será responsável por concluir o processo eleitoral da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP: *Indicações para referendar:* dois representantes do segmento dos usuários: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**; um representante do segmento dos profissionais de saúde: **Elaine Junger Pelaez**; e um representante do segmento dos gestores/prestadores de serviço: conselheiro **Arilson Cardoso da Silva.** **Deliberação: as indicações foram aprovadas por unanimidade.** Conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, aproveitar para agradecer ao chefe de gabinete da presidência da Fiocruz/RJ, **Valcler Rangel**, pela acolhida e receptividade do Conselho no espaço da ENSP/FIOCRUZ. Também registrou a presença do Presença diretor da ENSP, **Hermano Albuquerque.** **ITEM 3 – LANÇAMENTO DO RELATÓRIO FINAL DA 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - Composição da mesa:** conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; **Nísia Trindade**, Presidenta da FIOCRUZ; **Socorro Gros**, OPAS; **Zaira Vanda**, Presidenta do CES/RJ; **Ronald Ferreira dos Santos**, coordenador geral adjunto da 16ª; **Francisca Rego**, coordenadora da comissão de relatoria da 16ª; conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, segmento de gestores/prestadores; **Priscila Viegas**, segmento dos trabalhadores; **Ana Lúcia Marçal**, segmento dos usuários. Inicialmente, foi apresentado vídeo com momentos expressivos da etapa nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde. Iniciando as manifestações da mesa, fez uso da fala a Presidenta da FIOCRUZ, **Nísia Trindade**, que manifestou satisfação com o trabalho conjunto que vem sendo realizado em parceria com o Conselho. Considerou importante a participação da FIOCRUZ na 16ª Conferência, representada por Marcos Menezes, Valcler Rangel, Fabiana Damasio, Socorro Souza e retirou a necessidade de continuar esta parceria no pós-conferência para garantir a implementação das propostas aprovadas. Ademais, chamou a atenção para: a mudança na

115 sociedade, com maior participação social, inclusive de jovens; o desafio para o enfrentamento  
116 das desigualdades; a aproximação da teoria com a práxis; as mudanças universais no meio  
117 ambiente e no trabalho; e 4<sup>a</sup> revolução tecnológica. Por fim, destacou que somente uma  
118 discussão democrática que considere a saúde e o SUS como patrimônios contribuiria para  
119 construção da democracia brasileira. Conselheira **Priscila Viegas** foi enfática ao referir-se à  
120 16<sup>a</sup> Conferência como resgate da 8<sup>a</sup>, um marco da democracia em saúde. Também ressaltou a  
121 importância do reconhecimento da classe trabalhadora frente aos grandes desafios que ora se  
122 apresentam e os seus enfrentamentos. No seu ponto de vista, a 16<sup>a</sup> foi um processo de  
123 construção coletiva com inovações, a exemplo das atividades autogestionadas. O afeto,  
124 ressaltou que deve estar presente em todas as frentes de luta, lembrando que saúde se faz  
125 com cuidado, toque e acolhimento. Concluiu ressaltando a importância de capilarizar o  
126 processo pós-conferência, agregando os movimentos sociais para garantir a efetividade da  
127 implementação das propostas. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** parabenizou a  
128 FIOCRUZ, sinalizando que a luta da saúde se entrelaça com a pauta permanente da Instituição  
129 em relação à saúde como fator de desenvolvimento. Para tanto, reconheceu a importância do  
130 lançamento do Relatório da 16<sup>a</sup> Conferência nesse espaço como parte das comemorações dos  
131 120 anos de existência. Ressaltou ainda a saúde enquanto direito de todos e o esforço coletivo  
132 para realização da Conferência como espaço de avaliação e proposições do controle social.  
133 Chamou a atenção, por fim, para a urgência e necessidade de que se proceda a devolutiva das  
134 propostas aprovadas na Conferência, envolvendo entidades, movimentos sociais, academia,  
135 entre outros. Conselheira **Ana Lúcia Marçal** reconheceu o Relatório da 16<sup>a</sup> Conferência como  
136 a tradução, o resultado de um processo em que todos os segmentos e a população em geral  
137 foram protagonista na construção e no resultado do processo. Sendo assim, espera que todos  
138 se unam para garantir que as deliberações se transformem, de fato, em ações de saúde para  
139 toda a população em um território onde falta atendimento, medicamentos e insumos. A  
140 Presidenta do CES/RJ, **Zaira Vânia**, na mesma linha das manifestações anteriores, ressaltou a  
141 importância da devolutiva neste momento em que o controle social enfrenta embates para o  
142 exercício de seu papel. Ademais, conclamou a todos os segmentos para lutar em prol de uma  
143 saúde que contemple toda a população, do ponto de vista universalidade, integralidade e  
144 equidade. A representante da OPAS, **Socorro Groes**, registrou, inicialmente, que o Brasil e o  
145 mundo passa por um momento histórico com a realização da 16<sup>a</sup> Conferência, que debateu  
146 saúde como democracia e um modo de desenvolvimento para as pessoas. Também afirmou  
147 que o SUS é um baluarte, a tocha que move as Américas, o único sistema centrado nas  
148 pessoas, estruturado para garantir acesso universal à população. Nas suas palavras, o SUS  
149 tem raiz na universalidade, integralidade e equidade e, por isso, deve ser mantido. Nessa  
150 perspectiva, observou que, como se sabe, saúde não é mercadoria e sim um direito universal,  
151 sendo, pois, o SUS um referencial de sistema inclusivo para as Américas e para o mundo.  
152 **Ronald Ferreira dos Santos** disse que a realização da 16<sup>a</sup> Conferência foi um marco  
153 significativo no debate da saúde, que aconteceu em momento de ataque ao Estado  
154 democrático de direito, fortalecendo a proteção da democracia e do território. Foi um momento  
155 histórico que reafirmou o rumo de um dos avanços civilizatórios do país. Porém, chamou a  
156 atenção para o risco do retorno da lógica de “mercantilização da saúde”, com tratamento de  
157 pessoas como coisas e da desconstrução das instituições que produzem ciência (saúde).  
158 Diante disso, conclamou a todos para se unirem em uma frente combativa para evitar que isso  
159 aconteça. Um dos caminhos seria envidar esforços para que as propostas aprovadas na 16<sup>a</sup>  
160 Conferência ganhem espaços (escolas, conselhos, praças) e repercutam nas pautas dos  
161 candidatos às eleições municipais. A coordenadora da relatoria da 16<sup>a</sup> CNS, **Francisca Rego**,  
162 agradeceu toda a equipe da relatoria da Conferência nas pessoas de Debora, Alcindo,  
163 Geordeci e saudou a assessoria técnica do Conselho que contribuiu com a comissão de  
164 relatoria. Explicou que o Relatório da Conferência fora elaborado de forma acessível a todas as  
165 pessoas e com a intenção de retratar com fidelidade todo o processo construído de forma  
166 ascendente. Pontuou algumas questões inegociáveis que precisam ser defendidas: atenção  
167 básica como porta de entrada, financiamento suficiente para o Sistema, princípios do SUS.  
168 Finalizando, afirmou que a Comissão entregou o produto no tempo definido e agora o Relatório  
169 poderá nortear as discussões e reforçou a responsabilidade do Controle social na defesa da  
170 democracia e dos direitos conquistados. Conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do  
171 CNS, interveio para, primeiramente, falar sobre a parceria importante com o Canal Saúde e o  
172 trabalho essencial de divulgação e informação realizado pela área de Comunicação do CNS na  
173 16 Conferência. Reafirmou que a Conferência é repleta de simbolismo que precisa ser  
174 reforçado por cada um dos participantes, uma vez que a grande mídia se faz indiferente à

175 magnitude e relevância desse evento. Para contrapor o que vem sendo dito, chamou a  
176 atenção para duas questões fundamentais, a primeira diz respeito à realização de mais de  
177 4.600 conferências municipais e a segunda à presença de mais 60% de novos participantes  
178 na Etapa Nacional, o que significa dizer que houve participação expressiva com grande  
179 renovação . Também fez alusão aos diferentes saberes para ressaltar que um não se  
180 sobrepõe ao outro. Ao contrário, se ajudam, se complementam e, sendo assim, é necessário  
181 que se garanta a todos o acesso igualitário às informações. Depois, lembrou que o SUS tem  
182 como um dos eixos estruturantes o Controle Social, garantido na legislação e, por isso, se faz  
183 urgente uma luta permanente com foco na saúde enquanto qualidade de vida e não como  
184 mercadoria. Em relação ao Relatório da 16ª CNS, disse que o documento "Saúde e  
185 Democracia", que contém as propostas, deve ser disseminado em reuniões,  
186 encontros, seminários, plenárias, rodas de conversas, associações, enfim, em todos os  
187 espaços onde os usuários estiverem. Para concluir, disse que a luta é grande, mas é uma  
188 boa luta! Não houve encaminhamentos neste ponto de pauta. Definido esse ponto, às 12h30, o  
189 Presidente do CNS encerrou a manhã do primeiro dia de reunião. Estiveram presentes os  
190 seguintes conselheiros e conselheiras: **Titulares - Altamira Simões dos Santo de Souza**,  
191 Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva Marçal**  
192 **Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras –  
193 SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;  
194 **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e  
195 Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional  
196 de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Carlos de Souza Andrade**,  
197 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Delmiro José**  
198 **Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão Correa da**  
199 **Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação  
200 Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de  
201 Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem –  
202 COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores –  
203 CONAM; **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças  
204 Similares – ABRAZ; **Gilene José dos Santos**, Sindicato Nacional dos Trabalhadores  
205 Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI/CUT; **Joana Batista Oliveira Lopes**,  
206 Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; **Jupiara Gonçalves Castro**, Federação de  
207 Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos das Instituições de Ensino Superior  
208 Pública do Brasil – FASUBRA; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de  
209 Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das  
210 Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de  
211 Psicologia – CFP; **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, Articulação Nacional de Luta Contra  
212 a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto**  
213 **de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**,  
214 Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**,  
215 Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação  
216 Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores  
217 do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi**  
218 **Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**,  
219 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa**  
220 **Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres – UBM. **Suplentes - Adolorata Aparecida**  
221 **Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**,  
222 Pastoral da Saúde Nacional; **Alceu Kuhn**, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB;  
223 **Arilson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde –  
224 CONASEMS; **Debora Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos Farmacêuticos –  
225 FENAFAR; **Deise Araújo Souza**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e  
226 Turismo – CNC; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e  
227 Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos  
228 Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem –  
229 ABEn; **Geordecí Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Giancarlo de**  
230 **Montemor Quagliarello**, Conselho Federal de Odontologia – CFO; **Gilson Silva**, Força  
231 Sindical – FS; **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de  
232 Saúde – CONASS; **José Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de Rua –  
233 MNPR; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos  
234 Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos

235 Ostromizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade –  
236 UNEGRO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes Sociais –  
237 FENAS; **Michele Seixas de Oliveira**, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; **Myrian Coelho**  
238 **Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN; e **Vitória Bernardes Ferreira**,  
239 Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose – AME. Retomando os trabalhos, às 14h20, a  
240 mesa foi composta para o item 4 da pauta. **ITEM 4 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE**  
241 **ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN - Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do**  
242 **Ministério da Saúde** - **Apresentação:** **Francisco Funcia**, assessor técnico da COFIN/CNS.  
243 **Coordenação:** conselheiro **André Luiz Oliveira**, coordenador da COFIN/CNS. Iniciando este  
244 ponto de pauta, o coordenador da COFIN/CNS resgatou como se deu o processo de discussão  
245 no CNS do Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do Ministério da Saúde, detalhando que  
246 fora objeto de debate em cinco reuniões da Comissão. Como resultado final, explicou que fora  
247 elaborado parecer sobre o RAG 2018 e avaliação do Relatório Quadrimestral de Prestação de  
248 Contas do 3º Quadrimestre de 2018 do Ministério da Saúde (com indicação de medidas  
249 corretivas). Também informou o Pleno que a COFIN/CNS recebera a Nota Técnica nº 24/2019-  
250 SPO/SE/MS com esclarecimentos ao CNS relativos ao Relatório Anual de Gestão - RAG 2018.  
251 Em resposta, o assessor técnico da COFIN elaborou documento com comentários referentes à  
252 Nota Técnica da SPO/SE/MS. Neste ponto, conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** interveio  
253 para perguntar aos presentes se haviam lido a Nota que fora encaminhada pela SPO/MS,  
254 tendo como retorno a manifestação afirmativa de apenas nove conselheiros. Em razão disso,  
255 fez um apelo ao Pleno que atendesse ao pedido do Ministério da Saúde e deixasse a  
256 discussão do RAG para o mês de dezembro, mesmo porque a reunião de novembro estava  
257 ocorrendo fora de Brasília, dificultando a presença de representantes da SPO. Uma outra  
258 questão que considerou relevante foi o fato de a Nota da SPO/MS só ter sido disponibilizada  
259 naquela semana, o que impossibilitou aos conselheiros tomarem conhecimento com tempo do  
260 seu teor. Conselheiro **André Luiz de Oliveira**, a respeito da solicitação do Ministério da Saúde,  
261 entendeu que deveria ser submetida à consideração do Pleno do CNS. Por conta disso,  
262 colocou em votação as propostas: 1) adiar a votação do RAG para a reunião ordinária do mês  
263 de dezembro; e 2) votar na reunião. **Deliberação: como resultado, foi aprovada a proposta**  
264 **2, com 22 votos, a proposta 1 obteve sete votos e houve duas abstenções.** Após, o  
265 assessor técnico da COFIN/CNS, **Francisco Funcia**, apresentou um documento com  
266 comentários referentes à NT 24/2019 da SPO/SE/MS, recebida por mim hoje, dia 06/11/2019,  
267 em resposta à minuta do parecer conclusivo do RAG 2018, na sequência dos itens  
268 apresentados: 3.1. Não houve divergência de análise. 3.2. Queda do valor empenhado como  
269 proporção da Receita Corrente Líquida. A competência legal do Conselho Nacional de Saúde  
270 na análise do RAG não se restringe somente aos dispositivos da LC 141, mas também da Lei  
271 8.142/90, nos termos constitucionais estabelecidos para a participação da comunidade no  
272 SUS. 3.3 a 3.6. Compensação formal do valor total dos Restos a Pagar cancelados no ano  
273 anterior. A avaliação feita pela COFIN/CNS deixou claro que houve a compensação integral do  
274 valor dos RP cancelados no anterior por meio de valor empenhado acima do piso. Porém,  
275 reiterou a observação de outros anos: por força da interpretação equivocada da LC 141, a AGU  
276 arbitrou favoravelmente à posição do Ministério do Planejamento desde 2013 quanto à  
277 obrigatoriedade de compensação formal de RP cancelados somente de empenhos de 2012 em  
278 diante. O CNS já manifestou discordância desse entendimento e, por isso, tem apresentado  
279 esse apontamento desde 2013. Em relação à Observação 2, o fato do TCU considerar regular  
280 os esclarecimentos do MS sobre os RP cancelados desde 2000 não exime o MS de prestar os  
281 esclarecimentos ao CNS enquanto instância máxima de deliberação do SUS nos termos da Lei  
282 8142/90. Quanto à Observação 3, os esclarecimentos prestados não foram completos (por  
283 todas as áreas), nem suficientes para demonstrar a viabilidade técnico-financeira da execução  
284 desses Restos a Pagar. Portanto, as respostas 3.3 a 3.6 estão incompletas/insuficientes,  
285 conforme esclarecido anteriormente. 3.7 a 3.11 Despesas inscritas em restos a pagar: a  
286 COFIN/CNS não questionou o ato de inscrição e de inscrição de RP, bem como é concededora  
287 da Lei 4320/64. O questionamento foi referente à manutenção dos elevados valores desde  
288 2017, sendo que a queda justificada não foi suficiente para retomar os níveis mais baixos  
289 anteriores a 2017, conforme demonstrado no próprio quadro apresentado pelo MS. 3.12 e 3.13  
290 Critério de escolha para execução parcial das despesas: a análise da COFIN/CNS foi baseada  
291 nos baixos níveis de liquidação da despesa, que corresponde a fase da despesa pública em  
292 que um serviço é executado ou um bem entregue. A análise da SPO foi baseada na despesa  
293 empenhada, que também é importante e precede a fase de liquidação da despesa,  
294 expressando o quanto do orçamento está compromissado com as ações e serviços que serão

295 implementados. 3.14 e 3.15, Quadro apresentado nessa NT com as despesas por subfunção:  
296 confirma os argumentos apresentados durante os esclarecimentos prestados, conforme  
297 relatado na minuta do Parecer: parte das despesas com AB referentes às Emendas  
298 Parlamentares foram classificadas em uma subfunção genérica "Administração Geral", o que  
299 fez com que a análise com os valores classificados na subfunção específica (301) ficasse  
300 incompleta. Com o quadro apresentado na NT retificando a informação apresentada  
301 anteriormente pela SPO no RAG, é possível aferir que houve um aumento da razão AB/AHA  
302 (para 0,46) em comparação aos anos anteriores, retomando um processo verificado até 2014 e  
303 em consonância com o CNS. 3.16 Transferências fundo a fundo: seria importante que nos  
304 próximos RAGs houvesse a avaliação de impacto dessas transferências nas condições de  
305 saúde da população, considerando o caráter tripartite da gestão. O RAG apresenta  
306 esclarecimentos para as metas de cada objetivo, sendo que seria importante uma análise  
307 desse impacto nas próximas edições. 3.17 Referente à disponibilidade caixa dos RP: não  
308 houve divergência da NT em relação à minuta de parecer conclusivo, apenas uma  
309 complementação que expressa o procedimento contábil adotado. 3.18 à 3.20 Análise da  
310 execução das metas e dos baixos níveis de liquidação: a COFIN/CNS considerou apenas a  
311 comparação quantitativa dos índices das metas - previstas X realizadas. Compete ao CNS  
312 avaliar a justificativa apresentada na NT. Quanto ao item 3.20 (baixos níveis de execução da  
313 despesa pelo critério de liquidação), trata-se de metodologia que a COFIN/CNS adota por  
314 deliberação do pleno do CNS, inclusive a comparação por quadrimestre desde 2016, o que  
315 permitiu aferir a reincidência de itens de despesa. Porém, exceto a crítica feita na NT em  
316 relação à metodologia (pois se trata de metodologia com fundamentação técnica no âmbito das  
317 finanças públicas), é oportuno destacar que a metodologia adotada pela SPO (que considera o  
318 empenho como fase da despesa que deveria ser adotada) também tem fundamento técnico e  
319 abrange outra dimensão importante de análise da despesa no campo das finanças públicas.  
320 Conselheiro **Haroldo de Carvalho Pontes** interveio para manifestar-se favorável à aprovação  
321 do RAG 2018, considerando a Nota Técnica nº 24/2019-SPO/SE/MS, encaminhada pela SPO  
322 ao CNS. Conselheiro **Arlison da Silva Cardoso**, em sua manifestação, disse que o  
323 CONASEMS defendia a aprovação do RAG com ressalvas, por entender que posição contrária  
324 poderia comprometer a respeitabilidade do CNS. Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, a  
325 propósito do debate, chamou a atenção para os itens que, em seu modo de ver, tiveram  
326 problemas na execução orçamentária, como, por exemplo, Vacinas e ações relativas à saúde  
327 do trabalhador (CEREST). Em razão disso, manifestou-se favorável à reprovação do RAG,  
328 justificando que, não era só obedecer a EC nº. 95, mas considerar o que deixou de ser  
329 aplicado causando prejuízo à saúde da população brasileira. Conselheiro **Neilton Araújo de  
330 Oliveira** concordou com a defesa de mais recursos para a saúde, porém, foi refratário à ideia  
331 de desaprovação do RAG. No seu ponto de vista, o recomendável seria aprovar com ressalvas  
332 e acompanhar os seus desdobramentos. Conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**  
333 ressaltou que o Relatório vinha sendo discutido há algum tempo na COFIN que trouxe,  
334 inclusive, para o Pleno análises técnicas que serviram de subsídio à manifestação segura do  
335 indeferimento do RAG. Conselheira Elaine foi enfática ao defender a não aprovação explicando  
336 que a baixa execução orçamentária na saúde compromete a qualidades dos serviços,  
337 repercutindo, o que é mais grave, na morte das pessoas. Conselheiro **Moysés Longuinho  
338 Toniolo de Souza**, na linha das últimas intervenções, também se manifestou favorável à  
339 reprovação do Relatório, ressaltando as consequências da baixa execução orçamentária para  
340 a população em geral. Para além das metas físicas, considerou importante que também  
341 fossem analisadas as metas qualitativas. A fim de esclarecer o Pleno antes da votação,  
342 conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** solicitou à coordenação da mesa que tornasse claro o  
343 objeto da votação. Em retorno à solicitação de esclarecimento, conselheiro **André Luiz de  
344 Oliveira** disse não estava sendo votada naquela oportunidade a execução orçamentária do  
345 Ministério da Saúde, mas sim o RAG. Para melhor esclarecer, lembrou que a COFIN fizera  
346 avaliação sistematizada, com elaboração de relatório, sem recomendar, entretanto, a  
347 aprovação ou reprovação, para deixar os conselheiros à vontade no seu poder de decisão.  
348 Concluídas as intervenções, o conselheiro consultou o Plenário para saber se estava  
349 esclarecido para o processo de votação, colocando para decisão as seguintes propostas: 1)  
350 Aprovar o RAG. 2) Aprovar o RAG com ressalvas. 3) Reprovar o RAG. O resultado da votação  
351 foi o seguinte: a proposta 1 não recebeu nenhum voto. A proposta 2, seis votos. A proposta 3  
352 recebeu 28 votos, tendo sido aprovada. Houve ainda três abstenções. **Deliberação: o Plenário  
353 decidiu, com 28 votos, reprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do Ministério da  
354 Saúde.** Na sequência, o coordenador da COFIN submeteu à apreciação do Pleno a minuta de

355 recomendação, que resultou do seminário. No documento, o CNS recomenda ao Ministro de  
356 Estado da Saúde, ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS e ao Conselho  
357 Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, que: a pontuação e a respectiva  
358 publicação sobre as mudanças de critérios de repasse para o custeio de ações e serviços de  
359 saúde no tocante à atenção primária no SUS, em respeito à Lei Complementar nº 141/2012,  
360 não entre em vigor até a discussão e deliberação do Pleno do Conselho Nacional de Saúde,  
361 com vistas a garantir o devido processo previsto na legislação e a assegurar maior espaço  
362 democrático e legitimidade ao processo, na construção ampliada e participativa da Atenção  
363 Primária em Saúde, reforçando cada vez mais seu papel primordial na consolidação do SUS.  
364 Após a leitura, foram apresentadas as seguintes sugestões: para ter coerência acerca da etapa  
365 em que se encontra, retirar “ao CONASS e CONASEMS” e manter apenas “ao Ministro de  
366 Estado da Saúde”; substituir “a ser pactuada” por “a proposta pactuada”; substituir “até” por  
367 “sem a discussão” do Pleno. Como proposta alternativa, foi sugerido o seguinte texto: “Não  
368 entre em vigor, nem seja publicada, sem a discussão e deliberação do Plenário do CNS”.  
369 **Deliberação: o texto com alterações foi aprovado com três votos contrários e uma**  
370 **abstenção.** Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, em relação à recomendação votada,  
371 declarou sua abstenção explicando que, segundo seu entendimento, o Conselho é instância  
372 máxima do controle social que delibera sobre as questões de sua competência definida na Lei,  
373 não incluindo o mérito do que ora estava sendo votado. **ITEM 5 – COMISSÃO NACIONAL DE**  
374 **ÉTICA E PESQUISA – CONEP - Eleição dos membros para a composição da Comissão**  
375 **Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, mandato 2020/2024 – Composição da mesa:**  
376 conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CONEP/CNS; e comissão  
377 eleitoral para escolha de novos membros da CONEP: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**;  
378 conselheiro **Arilson Cardoso da Silva**; conselheira **Elaine Junger Pelaez**; conselheiro  
379 **Moyses Toniolo**; e conselheira Vanja Andréa Reis dos Santos. Iniciando este ponto de pauta,  
380 conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CONEP/CNS, contextualizou  
381 que, nos termos da Resolução do CNS nº. 446/2011, o mandato dos membros da CONEP será  
382 de quatro anos, com renovação alternada a cada dois anos, de quinze de seus membros  
383 titulares e dois ou três de seus membros suplentes. O processo de indicação dos membros da  
384 CONEP é organizado e deliberado pelo Pleno do CNS na primeira quinzena do mês de  
385 novembro dos anos ímpares. Sendo assim, iniciou-se no segundo semestre de 2019, processo  
386 eleitoral para renovação parcial da composição da Comissão. Cada Comitê teve oportunidade  
387 de apresentar até dois nomes para comporem a lista indicativa de candidatos, não  
388 necessariamente dentre seus membros. Dentre os componentes da Comissão, os indicados  
389 deverão ser escolhidos por terem se destacado em sua vida profissional no campo da ética na  
390 pesquisa e na saúde, devendo os demais representar os diversos campos de atuação capazes  
391 de conferir à comissão caráter multidisciplinar, contemplando os diversos campos do saber.  
392 Segundo o disposto no art. 5º da Resolução nº. 446/2011, foi instituída comissão eleitoral  
393 composta por 50% dos membros da CONEP/CNS e 50% dos membros da Secretaria de  
394 Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE, que avaliou e  
395 selecionou os novos membros durante a 9ª Reunião da CONEP, realizada nos dias 23, 24 e 25  
396 de setembro. Os nomes escolhidos após a análise curricular, conforme determina a Resolução  
397 nº. 446/2011, foram os seguintes: **I – Titulares:** 1) Aline Oliveira Machado, feminino, Região  
398 Nordeste, Paraíba, Centro Universitário do Vale do Ipojuca, psicóloga; 2) Carlos Alberto  
399 Guimarães, masculino, Região Sudeste, Rio de Janeiro, Hospital Universitário Clementino  
400 Fraga Filho, médico; 3) Claudio Gustavo Stefanoff, masculino, Região Sudeste, Rio de Janeiro,  
401 Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – InCa; 4) Daniel Ferreira  
402 Gonçalves de Oliveira, masculino, Região Nordeste, Paraíba, Hospital Universitário Alcides  
403 Carneiro – Universidade Federal de Campina Grande, representante de usuário – ciências  
404 sociais; 5) Esther Jean Langdon, feminino, Região Sul, Santa Catarina, Universidade Federal  
405 de Santa Catarina, antropóloga e socióloga; 6) Etiane Caloy Bovkalovski, feminino, Região Sul,  
406 Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, licenciatura e bacharelado em história; 7)  
407 Luciane Cristina Joia, feminino, Região Nordeste, Bahia, Faculdade São Francisco de  
408 Barreiras, fisioterapeuta; 8) Ricardo Gamarski, masculino, Região Centro-Oeste, Distrito  
409 Federal, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS/SES/DF; 9) Roseli  
410 Mieko Yamamoto Nomura, feminino, Região Sudeste, São Paulo, CEP do Centro Universitário  
411 São Camilo, médica e advogada; 10) Sergio Surugi de Siqueira, masculino, Região Sul,  
412 Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, farmacêutico-bioquímico; 11) Sheila  
413 Bernardino Fenelon, feminino, Região Sudeste, Minas Gerais, Universidade Federal de  
414 Uberlândia – CEP UFU, médica. **II - Suplentes:** 1) Giovanni Bezerra do Nascimento,

415 masculino, Região Norte, Tocantins, Universidade Estadual do Tocantins, assistente social; e  
416 2) Suzana Abe Miyahira, feminino, Região Sudeste, São Paulo, Hospital Municipal Dr. José de  
417 Carvalho Florence, médica. **Deliberação: aprovadas, por unanimidade, as indicações para**  
418 **compor a CONEP/CNS.** A coordenadora-adjunta do CNS agradeceu o Pleno pela aprovação  
419 dos nomes e elogiou a comissão eleitoral pelo excelente trabalho. Definido esse ponto, às  
420 16h40, a mesa encerrou o primeiro dia de reunião. O item 6 da pauta foi adiado para o  
421 segundo dia de reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na  
422 tarde do primeiro dia de reunião: **Titulares - Altamira Simões dos Santo de Souza**, Rede  
423 Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva Marçal**  
424 **Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras –  
425 SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;  
426 **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e  
427 Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional  
428 de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Artur Custódio Moreira de**  
429 **Sousa**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN;  
430 **Carlos de Souza Andrade**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
431 – CNC; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise**  
432 **Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Eduardo Maércio**  
433 **Fróes**, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**,  
434 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho  
435 Federal de Enfermagem – COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das  
436 Associações de Moradores – CONAM; **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação  
437 Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**,  
438 Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central  
439 Sindical de Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das  
440 Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de  
441 Psicologia – CFP; **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, Articulação Nacional de Luta Contra  
442 a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto**  
443 **de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**,  
444 Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**,  
445 Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação  
446 Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores  
447 do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi**  
448 **Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**,  
449 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa**  
450 **Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres – UBM. **Suplentes - Adolorata Aparecida**  
451 **Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**,  
452 Pastoral da Saúde Nacional; **Arilson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias  
453 Municipais de Saúde – CONASEMS; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos  
454 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação  
455 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de  
456 Enfermagem – ABEn; **Geordeci Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT;  
457 **Giancarlo de Montemor Quagliarello**, Conselho Federal de Odontologia – CFO; **José**  
458 **Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de Rua – MNPR; **Ligia Aparecida**  
459 **Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos  
460 - RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; **Maria**  
461 **da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; e **Myrian Coelho Cunha**  
462 **da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Iniciando o segundo dia de reunião, às 9h,  
463 a mesa foi composta para o item 7 da pauta. **ITEM 7 – GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA**  
464 - Apresentação: **Rita Helena do Espírito Santo Borret**, Médica de família e comunidade -  
465 Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e Professora da Universidade  
466 Estácio de Sá; **Ana Paula Oliveira**, Cofundadora do Movimento Mães de Manguinhos; **Mônica**  
467 **Cunha**, Coordenadora e fundadora do Movimento Moleque/Coordenadora da Comissão de  
468 Direitos Humanos da ALERJ / Educadora social. Coordenação: conselheira **Elaine Junger**  
469 **Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Altamira Simões**. A primeira expositora neste  
470 ponto, **Mônica Cunha**, fundadora e Coordenadora do Movimento Moleque, Coordenadora da  
471 Comissão de Direitos Humanos da ALERG e Educadora Social, iniciou a sua fala de forma  
472 contundente, dizendo ser mãe de um jovem negro assassinado. Em seguida, chamou a  
473 atenção para o fato de a população negra ser a maior do país e não ocupar o espaço  
474 merecido. Falou, também, um pouco sobre Movimento Moleque, dizendo que a abolição, na

475 verdade, não aconteceu na prática, haja vista os casos recorrentes de discriminação que são  
476 relatados cotidianamente. Sendo necessário, pois, espaços para que se debata e se afirme a  
477 luta contra o racismo. Na condição de mãe negra, defendeu que houvesse mais espaços para  
478 que as mães negras falassem sobre si, sobre as suas histórias e sobre as suas lutas. Foi  
479 vigorosa, ao declarar que é necessário que se debata, sim, o racismo no Brasil de forma  
480 ampla e democrática. Na sequência, falou **Ana Paula Oliveira**, cofundadora do Movimento  
481 MÃes de Manguinhos, que, também, se apresentou com mãe de jovem negro assassinado aos  
482 19 anos por um policial. Nessa condição e com muita emoção, disse que buscava forças para  
483 representar todas as mães que não tinham espaços e nem vozes para falarem de suas dores e  
484 de seus sofrimentos. Lembrou que, à época da perda do filho, embora precisasse, não  
485 encontrou nem acolhimento, nem apoio psicológico, o que, certamente, não ocorreu apenas  
486 com ela, mas com muitas mães em situações como a sua. Ainda emocionada, perguntou o que  
487 se poderia fazer para o enfrentamento da violência que tem cor e tem classe e, como exemplo,  
488 citou o Rio de Janeiro que tem o maior índice de homicídios cometidos pela polícia e com o  
489 maior número de mães adoecidas por essa violência. Situação essa que considerou  
490 lamentável. Concluída essa fala, interveio **Rita Helena do Espírito Santo Borret**, Médica de  
491 Família e Comunidade, na Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e  
492 professora da Universidade Estácio de Sá, que afirmou ser as questões raciais um fator  
493 relevante que impacta a saúde da população negra e lembrou que o genocídio dessa  
494 população vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil, ou seja, mais de 500 anos. Foi  
495 mais longe, afirmou que a abolição pode ser considerada *fake news*, porque aboliu, mas não  
496 considerou a população negra digna de direitos e isso faz com seja submetida a um massacre  
497 cotidiano. Diante desse cenário, convidou o CNS que, enquanto espaço de debates sobre  
498 direitos e cidadania, fizesse algo a respeito e para finalizar perguntou se o Estado e a  
499 sociedade continuarão permitindo que a população negra seja, com sempre tem sido, alvo de  
500 violência, discriminação e morte. Conselheira **Jupiara Gonçalves de Castro**, reafirmando a  
501 luta da mulher negra, reconheceu que o CNS está alinhado nessa proposição. Ainda assim,  
502 ressaltou a necessidade de se ter presente no debate sobre a questão racial o fato de a  
503 sociedade ser multiracial e multicultural. Na questão da saúde, observou ser relevante a  
504 formação e preparação dos recursos humanos, para que se possa oferecer acesso digno a  
505 essa população. Ademais, fez a defesa de debate etnicorracial para abordagens de políticas  
506 estruturantes. Após essas falas, foi aberta a palavra ao Pleno para manifestações. Conselheiro  
507 **Neilton Araújo de Oliveira** saudou as componentes da mesa e salientou a importância de  
508 pautar esse tema no CNS para dar maior visibilidade e definir ações concretas. Lembrou que o  
509 Brasil foi o último país, ainda que de forma demagógica, a abolir a escravatura, mas os reflexos  
510 desse processo perduram até hoje. Como encaminhamentos, sugeriu que esse seja um tema  
511 permanente de todas as comissões do Conselho e seja tratado de forma transdisciplinar em  
512 todos os eventos a serem realizados e que a síntese das falas e outros materiais deste ponto  
513 sejam enviados à Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade – CIEPP/CNS  
514 para servir de subsídio ao debate. Conselheiro **José Vanilson Torres**, na sua fala, conclamou  
515 a todos para que também se indignassem e lutassesem para que esse cenário pudesse, de fato,  
516 mudar. Lembrou, a propósito, que é representante da população de rua, onde 70% são negros  
517 e historicamente seu direito vem sendo negados. Conselheira **Vitória Bernardes Ferreira**  
518 questionou como uma mulher branca não conseguia dimensionar a dor da mulher negra e, por  
519 esse ângulo, fez alusão às armas. No seu entendimento, são instrumento de morte e de  
520 genocídio e que está potencializado no Projeto de Lei que propõe a liberação do porte de  
521 armas para um grupo. Se aprovado, afirmou que potencializa e amplia ainda mais as mortes na  
522 população negra. Conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello** desculpou-se por fazer  
523 parte do universo responsável pela situação que estava sendo debatida. Reconheceu que estar  
524 naquela mesa era o resultado de uma luta histórica e foi enfática ao manifestar-se refratária ao  
525 racismo. Concluiu chamando a atenção para a importância de se encontrar caminhos que  
526 evitassem a recorrência na discriminação da população negra. Conselheira **Elaine Junger**  
527 **Pelaez**, segundo o seu ponto de vista, o racismo afeta um dos princípios do SUS, que é a  
528 universalidade. Mas em contrapartida, evidenciou o empenho do CNS em alinhar-se à luta  
529 para a reversão desse processo perverso e citou, como exemplo, a Campanha do CFSS, que é  
530 o Serviço social contra o racismo. Para ter acesso, informou que o site era racismo.com.br,  
531 espaço este onde os profissionais postam material contra o racismo, porque a sua entidade  
532 tem, além do compromisso ético, a responsabilidade de repudiar veementemente o racismo e  
533 cotidianamente lutar em defesa da população negra. **Roberta**, professora da Fiocruz, em sua  
534 intervenção, solicitou atenção para duas questões: genocídio da população negra, mesmo

535 enquanto política pública que transforma o corpo negro em forma de acumulação trazida ainda  
536 do tempo da subserviência; e a liberação das armas, onde o negro aparece como inimigo  
537 ficcional, que resulta em morte e encarceramento que, predominantemente, foca na  
538 população negra. Também, fez alusão à nova política de saúde mental, que acaba com a  
539 política de redução de danos. Para potencializar ainda mais esse cenário, informou que uma  
540 única disciplina, no Programa de Saúde Pública, tem o racismo como centralidade, sendo que  
541 nas demais áreas inexistem tratativas a esse respeito. Ainda que existam tantas situações  
542 adversas, considerou o CNS um espaço importante para a natureza desse debate e na  
543 apuração de quem está ganhando com a morte da população negra, com o encarceramento,  
544 com a saúde mental e com outros tantos fatores que contribuem para a discriminação dos  
545 negros no Brasil. A despeito desse cenário, lembrou que, após árdua luta, foi aprovada a  
546 Política Nacional da População Negra, mas com baixíssima execução, o que demonstra uma  
547 retórica cínica, coibindo a população negra de ocupar espaços que historicamente lhe é devido.  
548 **Michele**, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, iniciou a sua fala,  
549 corroborando outras falas feitas anteriormente focadas no desenvolvimento de ações que,  
550 efetivamente, enfrentem o racismo. De acordo com a sua defesa, o CNS poderia incluir como  
551 pauta permanente em suas reuniões o racismo na população. Trouxe à tona, ainda, o racismo  
552 enquanto questão de saúde pública e, para justificar essa sua afirmação, lembrou o aumento  
553 considerável de suicídio que ocorre com os negros no país. Consciente de que o panorama  
554 não é favorável, disse que está empenhada na formação de profissionais para o enfrentamento  
555 do racismo e da homofobia e concluiu dizendo que para além do discurso, é preciso exercer a  
556 prática, porque a saúde pede socorro. **Mariana**, no contexto da necessidade de formação de  
557 profissionais que acolham e tratem a população negra, respeitando as suas especificidades,  
558 perguntou como garantir o acesso e tratar essa população sem profissionais preparados.  
559 Conselheira **Marisa Furia Silva** assumiu o compromisso de pautar o tema na Comissão  
560 Intersetorial de Saúde Mental e concordou que a volta da comunidade terapêutica era parte de  
561 um projeto político para contribuir com o extermínio da população negra. Conselheiro **Arilson**  
562 **da Silva Cardoso**, apoiando o debate, disse que o CONASEMS pauta, em seus congressos, o  
563 tema sobre a população negra, mas reconheceu que a Política Nacional da População Negra  
564 está longe de ser implantada na sua plenitude. Comprometeu-se em pautar matérias a respeito  
565 na revista do CONASEMS e apoiou que o tema seja permanente nas reuniões ordinárias do  
566 CNS. **Carlos Alves**, Movimento LGBT, na condição de negro e sujeito de todo esse processo  
567 de discriminação, defendeu que seja barrado o projeto do Ministro da Economia, Paulo Guedes  
568 e que se rompesse com o governo e se partisse para o combate nas bases. Lembrou que é lá  
569 onde a população negra sofre sem perspectiva de mudança de realidade. **Retorno da Mesa**.  
570 Conselheira **Altamira Simões dos Santos de Souza**, diante de tudo o que foi falado e para  
571 encerrar a mesa que tão bem expressou a discriminação por que passa a população negra,  
572 concordou que o tema faça parte de todas as comissões do CNS. Sendo assim, possibilitará  
573 que o debate ganhe ainda mais força no controle social e se despediu desejando que homens  
574 e mulheres caminhem juntos porque a luta é de todos. **Rita Helena do Espírito Santo Borret**,  
575 Médica de família e comunidade - Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e  
576 Professora da Universidade Estácio de Sá reforçando o debate, lembrou que a cultura  
577 brasileira é racista, bastando observar as expressões musicais e religiosas. Como a população  
578 negra é humana, disse que é passível de direitos e, sendo assim, o debate não deveria ser  
579 transversal, mas, central para sensibilizar e dar maior visibilidade. Concluiu, enfatizando que o  
580 racismo é estruturante e estrutural e que a Política Nacional da População Negra precisava ser  
581 implementada na sua plenitude. **Ana Paula Oliveira**, Cofundadora do Movimento Mães de  
582 Manguinhos, a primeira observação que fez foi em relação aos profissionais de saúde, que, na  
583 sua opinião, precisavam ser preparados para receberem e cuidarem da população negra. Além  
584 disso, fez alusão às mães que tiveram seus filhos arrancados de seu convívio e lutam, em  
585 memória, buscando justiça. São mães que não tiveram o direito de viver o luto pela perda de  
586 seus filhos e, por isso, acabam adoecendo e morrendo sem atendimento. **Encaminhamento:**  
587 **dada a gravidade da situação, o CNS assumiu o compromisso priorizar o debate**  
588 **relacionado à centralidade das relações étnicos raciais e combate ao racismo.** Após esse  
589 ponto, a mesa suspendeu os trabalhos para que todos os presentes participassem do ato em  
590 defesa da vida e da paz, realizado na praça da ENSP/FIOCRUZ. **ITEM 8 – MANIFESTAÇÃO**  
591 **PELA VIDA E PELA PAZ** – Não houve encaminhamentos neste ponto de pauta. Apesar do ato,  
592 houve um intervalo para o almoço. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e  
593 conselheiras na manhã do segundo dia de reunião: **Titulares - Altamira Simões dos Santo de**  
594 **Souza**, Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva**

595      **Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras –  
596      SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;  
597      **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e  
598      Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional  
599      de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Artur Custódio Moreira de**  
600      **Sousa**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN;  
601      **Carlos de Souza Andrade**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
602      – CNC; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise**  
603      **Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Dulcilene Silva Tiné**,  
604      Federação Brasileira de Hospitais – FBH; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de  
605      Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social –  
606      CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN;  
607      **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;  
608      **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares  
609      – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO;  
610      **Jupiara Gonçalves Castro**, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-  
611      Administrativos das Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil – FASUBRA; **Luiz Aníbal**  
612      **Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de**  
613      **Paula**, Federação Nacional das Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa**  
614      **Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia – CFP; **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**,  
615      Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério  
616      da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas  
617      Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul –  
618      ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN;  
619      **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira**  
620      **da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS –  
621      Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida –  
622      REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**, Coordenação das Organizações Indígenas da  
623      Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres  
624      – UBM. **Suplentes - Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina  
625      Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Arilson da Silva**  
626      **Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde – CONASEMS; **Elgiane de**  
627      **Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;  
628      **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca**  
629      **Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Geordeci Menezes de Souza**,  
630      Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Giancarlo de Montemor Quagliarello**, Conselho  
631      Federal de Odontologia – CFO; **José Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de  
632      Rua – MNPR; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos  
633      Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS; **Luiz Alberto Catanoso**, Sindicato Nacional dos  
634      Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI/FS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação  
635      Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela  
636      Igualdade – UNEGRO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes  
637      Sociais – FENAS; **Michele Seixas de Oliveira**, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL;  
638      **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Retomando às  
639      14h15, a mesa foi composta para o item 6 da pauta. **ITEM 6 – COMISSÃO INTERSETORIAL**  
640      **DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT** - Apresentação:  
641      conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CIRHRT/CNS. Coordenação:  
642      conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS. Primeiro, a coordenadora-adjunta  
643      da CIRHRT/CNS fez os seguintes informes: a Comissão já encaminhou as definições do Pleno  
644      sobre a Comissão de Residência Multiprofissional; e a Comissão realizará seu planejamento no  
645      final do mês de novembro de 2019. Na sequência, apresentou o parecer elaborado pela  
646      CIRHRT referente ao processo de reconhecimento do curso de Medicina da Universidade  
647      Federal de Alfenas, Minas Gerais. O parecer foi favorável, pois o projeto pedagógico do curso  
648      está em acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Medicina. Além disso,  
649      demonstra relevância social, compromisso e articulação com o SUS e uma formação voltada  
650      para o desenvolvimento de capacidades profissionais coerentes com o contexto local, regional  
651      e nacional, bem como com as tendências internacionais para o ensino e educação na saúde.  
652      Tendo em vista a capacidade institucional e a articulação com o sistema de saúde, sugere-se  
653      que a instituição e o MEC avaliem a possibilidade de expansão de vagas. **Deliberação:** o  
654      Pleno aprovou, por unanimidade, o parecer favorável ao processo de reconhecimento do

655 curso de Medicina da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. ITEM 9 –  
656 VALIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNS - Apresentação: consultor  
657 Paulo César Carbonari. Coordenação: conselheiro Fernando Zasso Pigatto, Presidente do  
658 CNS. Contextualizando, o Presidente do CNS fez uma síntese do processo de elaboração do  
659 Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021 elaborado pelo Pleno, com o apoio  
660 do professor Paulo César Carbonari, realizado em três etapas: a primeira, nos dias 14 e 15 de  
661 maio, para levantamento de subsídios para a elaboração do Planejamento Estratégico; a  
662 segunda, nos dias 2 e 3 de julho de 2019, para validação de aspectos de diagnóstico,  
663 normativos e a elaboração da orientação da ação; e a terceira, nos dias 12 e 13 de setembro  
664 de 2019, com análise e validação do acumulado das duas etapas já realizadas e definição de  
665 ações. Explicou que o Planejamento não é um instrumento estanque, podendo ser revisitado e  
666 revisitado a qualquer tempo, por definição do Pleno. O consultor Paulo César Carbonari  
667 explicou que o documento final do Planejamento Estratégico do CNS compila os debates do  
668 Conselho, configurando-se em uma orientação para as atividades do CNS, contemplando,  
669 inclusive, as contradições que surgiram nos debates durante as três etapas. Sinalizou que as  
670 projeções são importantes para precisam ser traduzidas, na prática, em planos operacionais  
671 (programação) e, além disso, criar mecanismos de monitoramento, definir espaço de dinâmica  
672 de avaliação a cada ano e replanejar (Ciclo PMA – planejamento, monitoramento e avaliação).  
673 Disse que ainda seria feita revisão final do documento do Planejamento, para verificar de  
674 aspectos gramaticais e em dez dias encaminharia a versão final. Além disso, informou que  
675 seria elaborado outro documento relatando todo o processo de construção do Planejamento  
676 Estratégico. Após essas considerações, o Presidente do CNS colocou em apreciação o  
677 documento do Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021. Deliberação: o  
678 documento com o do Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021 foi  
679 aprovado com uma abstenção. ITEM 10 – COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS E  
680 ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - Comissões Intersetoriais. Câmaras Técnicas.  
681 Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde. Composição da mesa: conselheiro  
682 Moyses Longuinho Toniolo de Souza, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira Elaine  
683 Junger Pelaez, da Mesa Diretora do CNS. 1) Definição da data da 325ª Reunião Ordinária  
684 do CNS, prevista para o mês de janeiro de 2020 - conselheira Elaine Junger Pelaez  
685 explicou que, em virtude do prazo exigido para emissão de passagens, o Pleno definiu a data  
686 da primeira reunião de 2020. O calendário com as datas das demais reuniões do Conselho  
687 seria aprovado na reunião ordinária do mês de dezembro de 2019. Explicou que a proposta é  
688 realizar a reunião nos dias 23 e 24 de janeiro, em Porto Alegre e assegurar a participação do  
689 Conselho nas atividades do Fórum de Resistência, que ocorrerá de 21 a 24 de janeiro de 2020,  
690 na cidade. Deliberação: o Pleno aprovou, por unanimidade, a realização da reunião  
691 ordinária de janeiro de 2020 nos dias 23 e 24 de janeiro, em Porto Alegre. Além disso, foi  
692 aprovada a participação do Conselho nas atividades do Fórum de Resistência, que  
693 ocorrerá de 21 a 24 de janeiro de 2020, em Porto Alegre. 2) Minuta de recomendação  
694 elaborada pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI/CNS. Recomenda. À  
695 Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), que: 1) Elabore e implemente um Plano  
696 de Ação Emergencial para o Vale do Javari, com início imediato, envolvendo todas as  
697 instituições que atuam com os povos indígenas na região (FUNAI, Secretaria Municipal de  
698 Saúde, Ministério Público, entre outras) e que seja acompanhado pelo Grupo de Trabalho da  
699 CISI/CNS; e 2) Estabeleça ações pontuais para a solução dos problemas mais urgentes, como  
700 saneamento básico na Casa de Saúde Indígena (CASAI) de Atalaia do Norte. O documento é  
701 resultado da visita do GT do CNS ao Vale do Javari. Conselheiro Haroldo de Carvalho  
702 Pontes, coordenador adjunto da CISI/CNS, explicou que o relatório da visita foi enviado à  
703 Mesa Diretora com antecedência, mas não foi pautado para apresentação ao Pleno do CNS.  
704 Recordou que, em situações semelhantes, a dinâmica era apresentação do relatório, debate e  
705 votação. Diante da fala do coordenador adjunto da CISI, Conselheiro Moysés Longuinho  
706 Toniolo de Souza sugeriu o envio do relatório a todos os conselheiros para conhecimento. O  
707 Presidente do CNS disse que o relatório poderia ser enviado aos conselheiros, para  
708 conhecimento e a votação da minuta e daria posteriormente. De todo modo, perguntou ao  
709 coordenador adjunto da CISI/CNS qual seria o melhor encaminhamento. Em resposta,  
710 conselheiro Haroldo de Carvalho Pontes, coordenador adjunto da CISI/CNS, disse que a  
711 expectativa da Comissão era que o tema fosse pautado na reunião do CNS, para debate, com  
712 apreciação do relatório. No seu ponto de vista, o encaminhamento que traria menos prejuízos  
713 seria a aprovação da minuta nesta reunião e a apresentação do relatório na próxima reunião.  
714 Aproveitou para registrar sua crítica à forma de encaminhamento dada a este tema.

715 Conselheiro **Valdenir de Andrade França** pontou que os povos indígenas do Vale do Javari  
716 aguardavam o posicionamento do CNS a respeito da situação vista no local. Após essas falas,  
717 a mesa colocou em apreciação a proposta de encaminhamento apresentada pelo coordenador  
718 adjunto da CISI/CNS. **Deliberação: a recomendação apresentada pelo GT/CISI/CNS foi**  
719 **aprovada por unanimidade. Na próxima reunião, será pautado debate sobre a situação**  
720 **do Vale do Javari. O relatório da visita ao Vale do Javari será enviado com antecedência**  
721 **aos conselheiros para subsidiar o debate.** 3) Minuta de recomendação elaborada pela  
722 Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência – CIASPD/CNS. No  
723 documento, o CNS recomenda ao Congresso Nacional que considere a adoção do IFBr-M  
724 como instrumento legítimo de avaliação biopsicossocial da deficiência. **Deliberação: a**  
725 **recomendação foi aprovada por unanimidade.** 4) Minuta de recomendação. Recomenda  
726 aos Deputados Federais e Senadores da República que rejeitem o veto do Presidente da  
727 República ao Projeto de Lei nº 6.566/2013, tendo em vista que a garantia de recursos públicos  
728 para pesquisas sobre doenças raras ou negligenciadas é matéria de interesse público e de alta  
729 relevância social. **Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.** 5) Minuta  
730 de recomendação. Recomenda aos Senadores da República que arquivem o Projeto de Lei nº  
731 3.723/2019, com vistas a garantir a redução da violência e a construção de uma política de  
732 segurança pública séria e responsável com a promoção da paz e o reconhecimento dos  
733 direitos humanos. **Deliberação: aprovado o mérito por unanimidade.** **ENCERRAMENTO** –  
734 Nada mais havendo a tratar, conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS, às  
735 15h45, encerrou a 323ª Reunião Ordinária do CNS. Estiveram presentes os seguintes  
736 conselheiros e conselheiras na tarde do segundo dia de reunião: **Titulares - Ana Lúcia da**  
737 **Silva Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e  
738 Raras – SUPERANDO; **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores  
739 Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**,  
740 Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde;  
741 **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão**  
742 **Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Dulcilene Silva Tiné**,  
743 Federação Brasileira de Hospitais – FBH; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de  
744 Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social –  
745 CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN;  
746 **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM;  
747 **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares  
748 – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO;  
749 Força Sindical – FS; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das Associações e  
750 Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia –  
751 CFP; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Ruth Cavalcanti Guilherme**,  
752 Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação  
753 Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; e **Valdenir Andrade França**, Coordenação das  
754 Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. **Suplentes - Alex Gomes da Motta**,  
755 Pastoral da Saúde Nacional; **Arilson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias  
756 Municipais de Saúde – CONASEMS; **Deisse Araújo Souza**, Confederação Nacional do  
757 Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central  
758 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação  
759 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de  
760 Enfermagem – ABEn; **Geordecy Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT;  
761 **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e  
762 Direitos Reprodutivos - RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos  
763 Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade –  
764 UNEGRO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes Sociais –  
765 FENAS; e **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN.